



ANO 16 Nº 8  
Agosto de 2007

# Carta de Conjuntura FEE

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
Secretaria do Planejamento e Gestão  
FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA  
Siegfried Emanuel Heuser

## A intensidade tecnológica da produção industrial gaúcha

Diversificação da estrutura industrial e produção de mercadorias com elevado valor adicionado são dois fatores determinantes no processo de crescimento econômico de uma região, uma vez que afetam diretamente tanto a produtividade industrial quanto a sua competitividade externa. No caso do Rio Grande do Sul, a diversificação do parque industrial coincide com a origem da indústria no Estado, no século XIX. Já a produção mais intensiva em tecnologia é um fenômeno bem mais recente. Esses dois fatores tornam-se ainda mais importantes numa economia dependente de algumas poucas variáveis, como a produção agrícola e a taxa de câmbio.

Participação percentual das atividades no Valor da Transformação Industrial (VTI), segundo a intensidade tecnológica, e taxa média anual de crescimento da produção no RS — 2002/07

ATIVIDADES	PARTICIPAÇÃO NO VTI		PRODUÇÃO	
	2002	2005	2002-06	2007(1)
<b>Alta tecnologia</b> .....	2,3	3,2	...	...
<b>Média-alta tecnologia</b> .....	29,7	33,2	1,8	17,9
Máquinas e equipamentos .....	9,6	9,3	-3,1	24,3
Veículos automotores .....	7,0	8,3	7,7	29,4
Produtos químicos .....	11,1	13,9	2,0	5,1
Outros .....	2,0	1,8	...	...
<b>Média-baixa tecnologia</b> .....	16,4	19,2	0,1	14,6
Coque, refino de petróleo ..	2,9	3,2	-1,7	34,3
Borracha e plástico .....	3,5	4,3	1,7	6,6
Metalurgia básica .....	2,4	4,5	2,9	3,6
Produtos de metal .....	4,7	5,1	0,4	-4,1
Outros .....	2,9	2,1	...	...
<b>Baixa tecnologia</b> .....	51,6	44,3	-0,9	1,7
Produtos alimentícios .....	14,9	14,6	-0,3	5,8
Bebidas .....	2,5	2,9	2,2	12,8
Fumo .....	7,8	5,4	1,6	6,1
Couros e calçados .....	13,6	9,8	-4,5	-10,3
Celulose e papel .....	3,2	1,9	4,2	-0,6
Edição e impressão .....	2,1	1,9	-2,5	6,4
Mobiliário .....	3,2	2,8	-1,4	2,2
Outros .....	4,5	5,0	...	...
<b>TOTAL</b> .....	100,0	100,0	0,1	8,8

FONTE: FEE.

(1) Acumulado até maio.

dade tecnológica, considerando quatro categorias: alta, média-alta, média-baixa e baixa. Uma análise do Valor da Transformação Industrial (VTI) do Rio Grande do Sul a partir dessa classificação permite verificar que a estrutura industrial do Estado tem mais de 60% do seu VTI concentrado em indústrias de baixa e média-baixa tecnologia. Conforme pode ser verificado na tabela, no entanto, as atividades de alta e média-alta tecnologia gradualmente ganharam participação no período 2002-05.

A queda na participação das atividades de baixa tecnologia tem sido determinada, principalmente, pelo desempenho do setor de couros e calçados, que, ao longo dos últimos anos, tem sofrido o efeito das alterações na política econômica e da concorrência externa (**Carta de Conjuntura FEE**, ano 16, n. 6), bem como pela queda nos preços da indústria de fumo. Já a indústria de alimentos, mais vinculada ao mercado interno, tem mantido estável a sua participação e tem acompanhado o desempenho da indústria de transformação.

Dentre as atividades de média-alta tecnologia, a fabricação de veículos automotores e carrocerias e a indústria química destacam-se pelo acréscimo da sua participação na estrutura industrial, durante o período. Concomitantemente, essas atividades têm apresentado as taxas de crescimento da produção bem acima da média da indústria. Já o setor produtor de máquinas e equipamentos teve seu desempenho afetado negativamente pela queda na safra de 2004 e principalmente pela crise agrícola de 2005.

As atividades de alta tecnologia, apesar de sua pequena participação na estrutura industrial, vêm apresentando um crescimento contínuo desde 2002. Dentre essas atividades, destacam-se a fabricação de máquinas para escritório e equipamentos de informática, que passou de 0,30% em 2002 para 0,64% em 2005, e construção, montagem e reparação de aeronaves, a qual, nesses mesmos anos, teve um acréscimo na sua participação de 0,03% para 0,63%.

Nos cinco primeiros meses de 2007, a indústria de transformação gaúcha acumulou um crescimento de 8,8% na sua produção, em relação ao mesmo período do ano anterior. Tal desempenho tem sido liderado por dois setores de média-alta intensidade tecnológica, a saber, máquinas e equipamentos e veículos automotores, em conjunto com a fabricação de coque e refino de petróleo. Apesar de esse crescimento não ser homogêneo entre os setores, outras atividades têm apresentado taxas elevadas de crescimento, fenômeno que vem refletindo a diversificação do parque industrial gaúcho.

André Luis Contri (FEE/CIE)

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) desenvolveu uma metodologia de classificação das atividades da indústria de transformação por intensi-

## O Plano-Safra 2007/2008

O Plano Agrícola e Pecuário (PAP) estabeleceu que os recursos destinados à agricultura empresarial para a safra 2007/2008 serão de R\$ 58 bilhões, representando um aumento de 16% em relação à safra anterior, o qual se refere, na sua quase-totalidade, aos empréstimos para custeio e comercialização, já que a parcela destinada aos investimentos teve um acréscimo de apenas 3,5%.

Do total de recursos destinados ao financiamento agrícola, R\$ 36,5 bilhões serão alocados com taxas de juros controladas, que sofreram uma redução de 8,75% para 6,75% ao ano. Esse foi o ponto que criou o maior impasse entre o Governo e as entidades representativas dos produtores rurais. Havia uma pressão dos produtores por um decréscimo dos juros dos financiamentos agrícolas na mesma proporção da redução da taxa referencial de juros da economia (Selic).

Com relação ao endividamento dos produtores, não houve grandes mudanças em relação ao divulgado em meados de junho. O Governo já havia anunciado o adiamento do vencimento das dívidas para 31 de agosto deste ano para os produtores adimplentes até 31 de dezembro de 2006. Também havia prorrogado em 12 meses depois do vencimento dos contratos o pagamento das parcelas de custeio das safras 2004/2005 e 2005/2006, já prorrogadas e com vencimento em 2007.

Programação de recursos para a agricultura no Brasil — safras 2006/2007 e 2007/2008

DISCRIMINAÇÃO	SAFRA 2006/2007 (R\$ bilhões)	SAFRA 2007/2008 (R\$ bilhões)	VARIAÇÃO %
<b>Custeio e comercialização</b>			
zação .....	41 400	49 100	18,6
Juros controlados .....	30 100	36 450	21,0
Juros livres .....	11 300	12 650	12,0
<b>Investimento</b> .....	8 600	8 900	3,5
<b>TOTAL</b> .....	50 000	58 000	16,0

FONTE: SPA-MAPA.

Vivian Fürstenau (FEE/CEES)

## Resultado das principais lavouras de grãos do RS

Em 2007, estima-se, para o Estado, um crescimento nominal de, aproximadamente, 17,7% no Valor da Produção (VP) dos principais grãos — arroz, milho, soja e trigo —, caso se mantenham as estimativas de aumento anunciadas para a lavoura de trigo.

Até o presente momento, as previsões para esse grão são de um crescimento de 90,8% na produção física e de 12,2% no preço, que resultará num acréscimo de 114,0% no VP. Apesar dessa elevação, a quantidade produzida ainda ficará aquém da dos anos de 2003 e 2004.

As produções de milho e de soja cresceram 31,9% e 33,1% respectivamente. Já a comercialização dessas duas culturas está sendo realizada a preços inferiores aos praticados na safra anterior, sendo que a queda do milho é de 3,8%, e a da soja é de 5,7%. Apesar da redução, o VP dessas duas culturas deverá ter um crescimento superior a 25%, garantido pelo significativo aumento da produção física. A exceção fica por conta do arroz, que teve uma redução de 7,8% na produção. Essa queda, combinada com o crescimento de apenas 1,0% no preço, resultou em um decréscimo de 6,9% no VP da orizicultura.

Variação da produção física, do preço e do valor da produção de grãos selecionados do RS — 2006/07

PRODUTOS	VARIAÇÃO PERCENTUAL		
	Produção	Preço	Valor da Produção
Arroz .....	-7,8	1,0	-6,9
Milho (1ª safra) .....	31,9	-3,8	26,9
Soja .....	33,1	-5,7	25,6
Trigo .....	90,8	12,2	114,0
<b>TOTAL</b> .....	...	...	17,7

FONTE: IBGE — Levantamento Sistemático da Produção Agrícola — RS. Emater.

Maria Helena Antunes de Sampaio (FEE/CIE)



Tenha acesso a esta e a outras publicações em nossa Home Page  
[www.fee.rs.gov.br](http://www.fee.rs.gov.br)

Carta de Conjuntura FEE

## Carta de Conjuntura - Ano 16 nº 8

### Emprego formal: Brasil bate recorde, e RS busca recuperação

O Brasil fecha o primeiro semestre de 2007 com um acréscimo de postos de trabalho com carteira assinada de 1.095.503, superando o recorde de 2004 para o mesmo período (1.034.656 novas vagas), um ano tido como notável para o atual padrão de crescimento do País, haja vista as expansões do PIB, de 5,7%, e do emprego formal, de 6,3%. No período de janeiro a junho de 2007, o nível do emprego celetista, no Brasil, registrou um crescimento de 4,0%, observando-se comportamento positivo em todos os setores de atividade econômica, com destaque para a agropecuária (16,5%) e para a construção civil (7,2%), que tiveram o seu melhor desempenho para o primeiro semestre em toda a série histórica do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged). Em termos absolutos, os setores que mais contribuíram para o resultado alcançado foram, por ordem de importância, serviços, indústria de transformação e agropecuária, responsáveis, no seu

conjunto, por 79% dos postos de trabalho gerados nesse semestre.

O Rio Grande do Sul apresenta um desempenho distinto e aquém do nacional, com uma taxa de crescimento do emprego celetista de 2,5% nos seis primeiros meses do ano, correspondendo a um saldo líquido de 47.983 postos, muito abaixo do registrado no mesmo período de 2004 (72.907), mas superior aos de 2005 (26.970) e 2006 (34.551). A indústria de transformação, responsável pela maior parte das vagas criadas em 2007, exibiu a variação setorial mais expressiva, 4,8%, seguida pela construção civil, com 4,2%. Diferentemente do que se verificou no plano nacional, a agropecuária é o destaque negativo, com um recuo de 1,9% (supressão de 1.504 postos), mesmo assim melhorando em relação aos primeiros semestres de 2005 e 2006, quando foram fechadas 3.273 e 2.092 vagas respectivamente.

Evolução do emprego formal, por setor de atividade econômica, no Brasil e no Rio Grande do Sul — jan.-jun./07

SETORES	BRASIL		RIO GRANDE DO SUL	
	Saldo (admitidos - desligados)	Variação Percentual	Saldo (admitidos - desligados)	Variação Percentual
<b>TOTAL (1)</b> .....	1 095 503	4,0	47 983	2,5
Extrativa mineral .....	6 244	3,8	93	1,7
Indústria de transformação .....	299 509	4,6	29 358	4,8
Serviços industriais e de utilidade pública .....	5 514	1,7	484	2,3
Construção civil .....	97 571	7,2	2 783	4,2
Comércio .....	97 051	1,6	4 310	1,0
Serviços .....	327 563	3,0	12 272	1,8
Administração pública .....	23 614	3,7	187	0,4
Agropecuária, extrativa vegetal, caça e pesca .....	238 437	16,6	-1 504	-1,9

FONTE: Caged-MTE.

(1) No total das atividades, foi incluído o setor Outros.

Maria Isabel H. da Jornada (FEE/CEES)

### Despesas com funções urbanas em municípios do RS

Em 2005, os municípios gaúchos na faixa de 20.001 a 500.000 habitantes, considerados de porte médio, abrigavam a maior parcela da população urbana do Estado (71,01%). No entanto, no período recente, esses municípios vêm despendendo proporcionalmente menos do que municípios menores (com 5.001 a 20.000 habitantes) com funções urbanas.

Observando a tabela, constata-se que, em 2002, quando as áreas urbanas desses municípios abrigavam 70,13% da população urbana estadual, a despesa média por habitante urbano com habitação, saneamento e obras urbanas era de R\$ 56,98 — bem abaixo dos R\$ 66,78 despendidos pelos municípios da faixa de 5.001 a 20.000 habitantes e abaixo, inclusive,

da média do Estado. Essa situação havia modificado-se ligeiramente em 2005, quando a despesa média por habitante atingiu R\$ 72,39. Esse valor aproximava-se da média do Estado, mas distanciava-se ainda mais dos municípios menores, cuja despesa média por habitante urbano ascendia a R\$ 83,57.

Não seria adequado fazer a mesma comparação com a Capital, que, sendo o único município com mais de 500.000 habitantes, concentra mais de 15% da população urbana do RS, nem com os pequenos municípios (com população menor que 5.000 habitantes), que são os menos urbanizados. Mas os dados mostram que os municípios médios são os que vêm acumulando as maiores carências urbanas no Estado.

Número de municípios por classes de tamanho e despesa média por função (urbanismo, habitação e saneamento) e por habitante urbano nos municípios do RS — 2002 e 2005

CLASSES DE TAMANHO	2002			2005		
	Municípios		Despesa Média por Habitante Urbano (R\$)	Municípios		Despesa Média por Habitante Urbano (R\$)
	Número	%		Número	%	
Até 5 000 habitantes .....	228	2,87	155,00	224	2,80	180,82
De 5 001 a 20 000 habitantes .....	171	11,42	66,78	171	11,06	83,57
De 20 001 a 500 000 habitantes ..	96	70,13	56,98	100	71,01	72,39
Mais de 500 000 habitantes .....	1	15,58	98,77	1	15,14	79,55
<b>RIO GRANDE DO SUL</b> .....	496	100,00	67,43	496	100,00	77,75

FONTE: Fundação de Economia e Estatística; Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional-UNISC. **RS em Mapas e Dados**. Porto Alegre: FEE, 2007. CD-ROM. Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul.

Sheila Borba (FEE/CEES)

## Sobre a queda da dívida externa brasileira

Nos anos 90, no Brasil, a abertura comercial e a política cambial do Plano Real causaram a deterioração dos saldos da balança comercial, ampliando exageradamente os déficits das transações correntes, por consequência, passou a ocorrer rápida expansão da dívida externa. Outros graves problemas tomaram vulto a partir dos fatos referidos. Para atrair os financiamentos necessários para fechar o balanço de pagamentos, o Banco Central mantinha elevadas as taxas básicas de juros, medida que fez crescer rapidamente a dívida pública. O quadro descrito elegeu o Brasil como participante de todas as crises financeiras internacionais; qualquer aceleração do crescimento da economia ampliava as importações e esbarrava em dificuldades externas de financiamento. Em suma, o desequilíbrio externo impôs à economia uma baixa taxa média de crescimento. Em 1998 e 1999, o Governo realizou mudanças, para atacar os problemas existentes. Dentre essas, adotou o regime de câmbio flutuante, que propiciou imediata desvalorização cambial. O déficit em transações correntes caiu, contudo insuficientemente; entre 1999 e 2001, esse déficit oscilou no intervalo elevado entre 4,7% e 4,0% do PIB.

Em 2001, a balança comercial alcançou o primeiro modesto superávit desde 1995, com cifra de US\$ 2,7 bilhões. Entre 2002 e 2006, o superávit cresceu, em geral, rapidamente, impulsionado pela expansão das exportações; em 2006, atingiu US\$ 46,1 bilhões, a despeito da tendência de valorização cambial iniciada em 2004. Na conta de transações correntes, a

grandeza do ajuste, se comparado o ano de 2001 com os anos posteriores a 2004, quase sempre esteve acima de 6,0% do PIB.

A dívida total líquida (dívida total subtraídas as reservas internacionais, os haveres comerciais e os créditos brasileiros no exterior) caiu de US\$ 165,0 bilhões em dezembro de 2002 para US\$ 35,8 bilhões em junho de 2007 — uma queda de 78,0%. Na comparação entre as mesmas datas, a dívida total diminuiu 6,8%. Simultaneamente, as reservas internacionais cresceram de US\$ 37,8 bilhões para US\$ 147,0 bilhões. O quadro descrito indica que os detentores de dívidas externas adiam a amortização daqueles passivos, para aproveitar a remuneração das elevadas taxas internas de juros; a mesma razão e a melhora das condições da economia têm atraído capitais estrangeiros, dos mais especulativos aos investimentos diretos. A abundante entrada de divisas tem mantido a trajetória de valorização cambial, constituindo nova “âncora cambial” dos preços e dando impulso ao crescimento das importações. Importações estas pagas com divisas, mas também com menor crescimento do produto nacional e com prejuízo permanente de parte das cadeias de produção. Neste momento, cabe lembrar que as taxas de inflação estão abaixo da meta estabelecida. Em benefício de uma aceleração do crescimento da produção e do emprego e também em vista dos fatos expostos, o Governo deveria redobrar esforços para dar maior velocidade à diminuição das taxas de juros.

Indicadores de endividamento externo no Brasil — dez./02-jun./07

DISCRIMINAÇÃO	DEZ/02	DEZ/05	DEZ/06	JUN/07 (1)
Dívida total (R\$ bilhões) .....	210,7	169,5	172,6	196,4
Reservas internacionais (R\$ bilhões) (2) .....	37,8	53,8	85,8	147,1
Dívida total líquida (R\$ bilhões) .....	165,0	101,1	74,8	35,8
Exportações (R\$ bilhões) .....	60,4	118,3	137,5	149,7
<b>Indicadores</b>				
Dívida total/exportações (razão) .....	3,5	1,4	1,3	1,3
Dívida total líquida/exportações (razão) .....	2,7	0,9	0,5	0,2

FONTE: Bacen.

NOTA: Do endividamento externo, estão excluídos o estoque do principal, amortizações e juros relativos a intercompanhias.

(1) Dados estimados. (2) Conceito de liquidez internacional.

Roberto Marcantonio (FEE/CEES)

CARTA DE CONJUNTURA FEE (elaborada com informações até 1º.08.07).

ISSN 1517-7262

A Carta de Conjuntura FEE é uma publicação mensal de responsabilidade dos editorialistas. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria do Planejamento e Gestão.

Tiragem: 250 exemplares.



Fundação de Economia e Estatística  
Siegfried Emanuel Heuser

Presidente: Adelar Fochezatto

Diretor Técnico: Octavio Augusto Camargo Conceição

Diretor Administrativo: Nóra Angela Gundlach Kraemer

**Conselho Editorial da Carta:** Octavio Augusto Camargo Conceição, Adalberto Alves Maia Neto, Míriam De Toni e Roberto da Silva Wiltgen.

**Núcleo de Dados:** Marilene Gauer (coordenação), Ana Maria de Oliveira Feijó e Jussara Lima do Nascimento.

**Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser**

Rua Duque de Caxias, 1691 - Porto Alegre  
CEP 90010-283

E-mail: conjuntura@fee.tche.br

www.fee.rs.gov.br

**Editoração**

**Supervisão:** Valesca Casa Nova Nonnig. Secretária: Lisete Maria Giroto.

**Revisão**

Coordenação: Roselane Vial. Revisores: Breno Camargo Serafini, Rosa Maria Gomes da Fonseca, Sidonia Therezinha Hahn Calvete e Susana Kerschner.

**Editoria**

Coordenação: Ezequiel Dias de Oliveira. Composição, diagramação e arte final: Cirei Pereira da Silveira, Denize Maria Maciel, Ieda Terezinha Koch Leal e Rejane Maria Lopes dos Santos. Conferência: Lourdes Teresinha dos Santos, Rejane Schmitt Hübner e Vera Sonia da Silva Castro. Impressão: Cassiano Osvaldo Machado Vargas e Luiz Carlos da Silva.